

DURÃO, Fabio Akcelrud. *Metodologia de pesquisa em literatura*. São Paulo: Parábola, 2020. 128 p.

Francine Fernandes Weiss Ricieri¹
Maristela Barboza²

Em *Metodologia de pesquisa em literatura*, Fabio Akcelrud Durão afasta-se, desde sua “Breve nota introdutória”, da prática mais ou menos recorrente que aborda “metodologia de pesquisa” como uma espécie de instrumentalização neutra a ser, com pequenos ajustes, operacionalizada a propósito de todo e qualquer campo de saber. Com o livro nas mãos, o leitor verá destacada em amarelo e em caixa alta (sobre um fundo em tons de azul) a especificidade de um objeto de reflexão: LITERATURA. A ênfase conferida ao termo (já na capa) e a escolha da preposição “em” (em detrimento de outra, “para”) concretizam também visualmente outra imagem acionada naquela *nota* pela associação à terminologia da teoria dos conjuntos: a irredutibilidade dos dois campos. Sendo possível apontar interseções, acusam-se paralelamente tensões na relação entre *métodos de pesquisa e literatura*.

Estabelecendo como público-alvo pesquisadores de graduação, pós-graduação e professores universitários, o trabalho busca se afastar do caráter de manual ou guia e reivindica distanciamento de outros títulos em circulação no meio universitário, livros cujas páginas dedicam-se à explicação de métodos de investigação, exemplos comentados de artigos científicos ou instruções e normas gerais para a apresentação de trabalhos acadêmicos. Ao priorizar reflexões sobre a natureza da pesquisa nesse campo em específico (ainda que não se recuse a discutir os elementos implicados no título da publicação), pretende apontar possíveis rotas a serem percorridas pelo pesquisador sem, no entanto, tomar o volante e limitar as

¹ Docente na área de Estudos Literários da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação de Letras, Guarulhos, São Paulo, Brasil. weiss.francine@unifesp.br

² Mestranda da Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação de Letras, Guarulhos, São Paulo, Brasil. barboza.maristela@unifesp.br



variações do trajeto – aproveitando a comparação espirituosa entre metodologia de pesquisa (o veículo) e a inteligência do leitor (o combustível) construída pelo autor.

O livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro explora a inserção dos estudos literários no sistema universitário, reportando-se a um processo de institucionalização tanto inevitável quanto problemático. As particularidades do que pudesse ser *objetividade científica* no que diz respeito a essa área do conhecimento e a esse espaço institucional também são abordadas, além de ser evidenciado que a pesquisa e seus métodos não podem ser pensados da mesma forma em todos os campos. O segundo capítulo ocupa-se da concepção de *interpretação* enquanto ato essencial para a pesquisa, pois "não existem fatos literários como entidades discretas, independentes de uma interpretação que os organize." (DURÃO, 2020, p. 28). O que significa dizer que, sem o exercício interpretativo, o pesquisador não poderia exercer a conduta investigativa e reflexiva inerente à prática científica. Esse posicionamento pressupõe a construção de uma hipótese de leitura contendo algum elemento adicional com potencial de reconfigurar os sentidos do texto. Ainda a propósito desse aspecto, o autor explora as potencialidades do *close reading* como meio de se interpelar o objeto pesquisado. A terceira parte se volta para as noções de campo e área e para os principais gêneros discursivos na esfera acadêmica. O último apresenta uma compilação de recomendações breves sobre práticas e posturas a serem evitadas ou seguidas por pesquisadores.

A publicação ainda conta com três apêndices que ampliam algumas das discussões traçadas com relativa brevidade ao longo do livro. O primeiro é um artigo escrito em parceria com Tauan Tinti, que explora o funcionamento da máquina acadêmica com ênfase no conceito de disciplina e nas linhas de pesquisas relacionadas nos programas de pós-graduação brasileiros. A argumentação é acompanhada por um estudo de caso observado na linha de pesquisa em Letras. O segundo, fruto de uma palestra, dedica-se à problemática do financiamento de pesquisas em literatura e o que possam (ou não) ser aspectos prejudiciais ao desenvolvimento e à produção de conhecimento na área. O último (o único que não teve



publicações anteriores) contém reflexões sobre os processos avaliativos implicados na prática de pesquisa na universidade.

No primeiro capítulo, “Literatura e universidade”, o leitor é apresentado a uma das teses centrais do livro, sintetizada em uma equação simples, porém prenhe de ramificações: “pesquisa em literatura = interpretação + aparato acadêmico” (DURÃO, 2020, p. 15). Tendo acusado a coexistência de pelo menos duas formas de pensar a institucionalização dos estudos literários no meio acadêmico (uma associável aos *adeptos irredutíveis da prática ensaística*, outra mais afinada com aproximações com certa concepção de *procedimentos científicos*), o livro assume o que seria uma perspectiva conciliadora sobre a institucionalização da literatura, visto que Durão parece buscar algum equilíbrio entre aquelas duas visões.

As considerações sobre o último elemento da equação evidenciam, ainda, a preocupação com o contexto social e político da pesquisa em literatura e nas humanidades em geral, assim como a reflexão sobre o processo de constituição das universidades brasileiras. Quanto a isso, a historicização apresentada explicita a fragilidade decorrente da formação não-orgânica do ensino superior público no país: uma institucionalização que, por ser construída *de cima*, a partir de iniciativas governamentais, também pode vir a ser destruída por elas.

Ainda no contexto da institucionalização, a pesquisa em literatura transforma-se em veículo para gerar conhecimento novo e significativo. Isso seria uma consequência lógica e justificável da academização da literatura, pois o investimento governamental na área demanda um retorno. A fim de produzir saber científico, os estudos literários operam com base nos critérios de cientificidade. O resultado disso é a “objetividade intensificada” que promove avanços, pois barra trabalhos fundamentados em impressões, por exemplo, mas também estabelece uma problemática: a “estrutura de finalidade”, com potencial para prejudicar a experiência estética, caso o objeto literário seja reduzido a um meio para alcance de um fim.

No mesmo capítulo, a linha argumentativa se volta para aspectos como a temporalidade e reprodutibilidade do conhecimento no caso específico dos estudos literários em contraposição ao que se entende por esses elementos basilares da objetividade nas ciências



exatas. Enquanto a reprodutibilidade nessas ciências seria posta em prática por meio da repetição dos mesmos procedimentos a fim de se verificar se os mesmos resultados serão alcançados, nos “estudos literários, o equivalente ao verificável é o convincente.” (DURÃO, 2020, p. 22). Já a temporalidade na literatura não se identificaria com a progressão linear do tempo comum às ciências exatas, pois “[...] nos estudos literários, o tempo passado é significativo e o antigo só é velho quando é irrelevante, quando não leva a nada de produtivo”. (DURÃO, 2020, p. 22).

A priorização da responsabilidade política implícita já nesse primeiro capítulo e desenvolvida especialmente nos apêndices certamente é uma das maiores contribuições do estudo, sendo responsável por distanciá-lo ainda mais de títulos afins, como os relevantes trabalhos de Umberto Eco (2008), Roberto Acízelo de Souza (2016), Vitor Manuel de Aguiar e Silva (1990) e Jocelyn Létourneau (2011). Merece destaque, ainda, a ênfase dada à *interpretação*, conceito basilar e fio condutor da argumentação, sobretudo no segundo capítulo “O processo de descoberta”. Enquanto Eco (2008) e Létourneau (2011) seguem uma abordagem pragmática, esse bem mais do que aquele, inseridas respectivamente nos contextos italiano e francês, Durão (2020) inova ao priorizar a análise do estado presente da pesquisa na universidade.

O conceito de interpretação nos termos propostos pelo autor é largamente explorado nesse segundo capítulo, no qual é considerado um ato marcado pelo papel ativo do sujeito e capaz de conferir existência ao texto por meio da leitura que dá concretude àquilo que, no objeto literário, encontra-se em estado de potência. Não se trata de uma descrição ou comentário subserviente ao objeto de análise, mas de um esforço racional com o intuito de adicionar-lhe algo novo que, quando apresentado, pareceria ter sempre estado lá. Essa concepção do processo interpretativo respalda outra tese fundamental do livro: hipótese interpretativa pode ser entendida como “objeto ‘x’ significa ‘y’.” (DURÃO, 2020, p. 31). O “x” representaria o recorte do objeto realizado pelo sujeito da pesquisa, com as implicações



derivadas do exercício de sua liberdade intelectual. Já o “y” seria a hipótese de leitura em si, isto é, a proposição de um elemento novo ao texto.

Como procedimento de leitura proveitoso para a construção da hipótese interpretativa, Durão (2020) prioriza a leitura cerrada, tratada por ele como uma técnica constituída por três gestos: primeiro, faz-se a seleção de um recorte que seja repleto de sentido e, portanto, passível de análise; depois, o pesquisador deve empregar a imaginação interpretativa a fim de selecionar um elemento específico do objeto (o “o que”) e elaborar uma hipótese a seu respeito (o “porquê”); por último, “o que” e “porquê” devem ser articulados por meio da escrita a fim de evidenciar a conexão entre eles. Apontando aspectos positivos e negativos desse tipo de leitura, o livro explora ainda elementos relacionados ao processo de escrita e particularidades da relação entre orientador e orientando.

O próximo capítulo, “Configurações da institucionalização”, talvez seja aquele que apresenta maior aspecto *prático*, porém sem abrir mão da dicção reflexiva. Propõe definições dos conceitos de área e campo, assim como de inter, trans e indisciplinaridade no contexto institucional de pesquisa. Gêneros discursivos também são explorados: o projeto de pesquisa (ao qual o livro confere maior atenção, com instruções para o leitor), publicações, artigos, dissertações e teses. Por fim, o quarto capítulo fornece vinte dicas muito pertinentes, ainda que breves, principalmente para pesquisadores em início de carreira. Atentar-se à terminologia empregada uma vez que diversos conceitos carregam consigo múltiplas camadas de sentido e familiarizar-se progressivamente com o campo em que se atua são exemplos dessas recomendações.

Ao longo do trabalho, Durão polemiza, sobretudo em notas de rodapé, com alguns dos conceitos com os quais lida. É o caso da formulação segundo a qual objetos menos evidentes seriam mais interessantes em termos de interpretação. Ao pé da página, problematizando seu próprio texto, ressalva que a novidade e o inusitado contidos na eleição do objeto podem converter-se em pura adesão à moda, caso não existam elementos para suportar a análise. Outro exemplo é o direcionamento do leitor para bibliografia específica dedicada a



determinada controvérsia, como ocorre acerca do conceito de cânone. Essa prática contribui com a construção de uma concepção do conhecimento acadêmico que admite a multiplicidade de posições e a divergência como constitutivas e saudáveis para a vida intelectual.

Nesse sentido é que o conceito de *interpretação*, sobretudo por seu papel estruturante na abordagem metodológica proposta, talvez merecesse o reconhecimento de um grau maior de polêmica no decorrer do livro. Em um estudo muito conhecido, originalmente publicado em 1964, Susan Sontag (2020) voltava-se exatamente “Contra a interpretação”, recuperando para a experiência de leitura em estudos literários outras dimensões, tais como a atenção à *forma*, tão negligenciada em prol da escavação de uma suposta verdade escondida no *conteúdo* e a importância da dimensão sensorial e estética ao se vivenciar a arte. Luiz Costa Lima (1975), por sua vez, em um texto proposto como prefácio ao livro *A perversão analítica*, enfatizou as relações de poder implícitas ao gesto interpretativo e a necessidade de que ele se fizesse acompanhar de alguma dose de autocrítica (ou de formulações metacríticas ou metahistóricas, para recorrer a proposições presentes em trabalhos de Hayden White). Nenhum desses elementos está ausente dos argumentos do autor: a certa altura do segundo capítulo, Durão trata especificamente de elementos afins ao raciocínio de Sontag e suas considerações sobre o papel da “teoria” nos estudos literários lidam com questões aproximáveis àquelas que norteiam as ponderações de Costa Lima. A ressalva, longe de obscurecer a intervenção do livro, recupera um de seus pressupostos basilares e talvez sua maior contribuição: se não há pesquisa sem investimento do sujeito, implicam-se também nesse processo necessariamente a crítica e a autorreflexão (elementos com os quais se fecha o volume).

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. *Teoria e metodologias literárias*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.



ECO, Umberto. *Como se faz uma tese?* Tradução. Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LÉTOURNEAU, Jocelyn (org.) *Ferramentas para o pesquisador iniciante*. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Luiz Costa. Interpretação e poder. *Trans/Form/Ação*. 1975, v. 2, pp. 155-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31731975000100007>. Acessado em 14 Março 2022.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação: e outros ensaios*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUZA, Roberto Azícelo de. *Um pouco de método – Nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral*. São Paulo: É Realizações, 2016.

